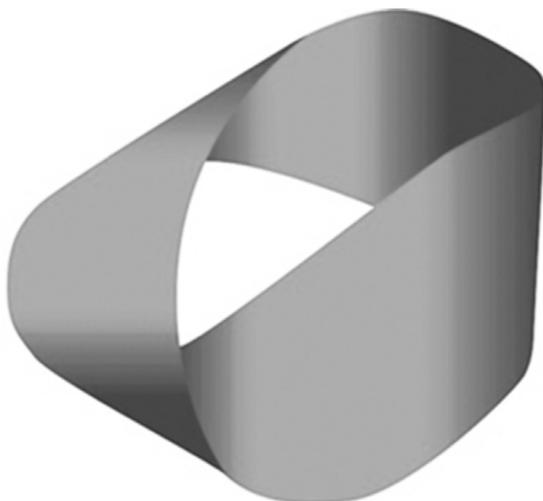




Programa de autoavaliação em busca da excelência



Programa de autoavaliação em busca da excelência



A Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Passo Fundo assume como símbolo a representação gráfica denominada “cinta de Möbius” (ou Moebius) do matemático alemão August Ferdinand Möbius (1790-1868). A figura apresenta a possibilidade de faces aparentemente antagônicas poderem representar, de fato, um único lado. Essa estilização remete a situações em que há sempre uma via, perto da qual há sempre outra via, do outro lado da cinta, onde, de fato, se dá o encontro e por onde se transitou recentemente. Portanto, apoiado na ideia de outra circularidade, de direção, de proximidade, de transitoriedade e, sobretudo, de movimento, o processo de autoavaliação na UPF busca agregar concepção, dimensões, metodologias, sujeito e universo num mesmo plano. A existência de sua realidade singular em duplicado. Dessa forma, faz alusão ao sujeito que vê sua imagem refletida no espelho de forma invertida: a cristalização de uma imagem exterior e inversa ao sujeito se dá pela experiência de ver sua imagem no exterior, podendo alterar a condição subjetiva. Essa passagem necessita ser incorporada pela instituição, sem jamais encontrar repouso. Girar novamente de um a outro ponto de vista, arriscando, assim, a autorreferência.



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza

Reitor

Neusa Maria Henriques Rocha

Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin

Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior

Vice-Reitor Administrativo

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Magda Inês Luz Moreira

Docente/Presidente

Adriano Pasqualotti

Fabiano Lopes Chiesa

Maria Helena Serena da Luz

Otávio José Klein

Vera Maria Rodrigues

Docentes

Magno de Moura Hoffmann

Discente

Silvane Badalotti

Vera Beatriz Pasqualotto Gaelzer

Corpo técnico-administrativo

Maria do Carmo Conceição de Mattos

Solange Maria Longhi

Representantes da sociedade civil organizada

DIVISÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Magda Inês Luz Moreira

Fabiano Lopes Chiesa

Siomara Regina Hahn

Vera Maria Rodrigues

Docentes

Carine Cristine de Gasperi

Vera Beatriz Pasqualotto Gaelzer

Corpo técnico-administrativo

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
2 CONCEPÇÃO, OBJETIVO E PLANO DE AÇÃO	10
3 METODOLOGIA	16
4 DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO	19
REFERÊNCIAS	22

APRESENTAÇÃO

Decorridos 45 anos desde a sua criação, a UPF, a maior instituição de ensino superior do Norte do RS, consolidou a sua natureza comunitária e transformou-se em uma referência nacional nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Projeta, agora, a sua grande virada, com ações visando à internacionalização e à inovação tecnológica, a partir do UPF Parque. Socializar essas iniciativas consubstanciadas em programas e projetos, a partir das experiências de cada unidade, revela efetivo processo inovador de universidade.

Em que pesem as dificuldades por que passam as universidades brasileiras, de modo especial as comunitárias, em face da ausência de uma política clara para o segmento, computam-se conquistas inestimáveis para a sociedade brasileira, graças ao protagonismo dessas instituições. O exemplo da UPF é emblemático, pois, ao fato de ter sido uma das instituições pioneiras no interior do estado do Rio Grande do Sul, agrega-se que, ao longo da sua trajetória, formou milhares de profissionais e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades de sua área de abrangência.

Uma universidade com essas características precisa estar atenta aos acontecimentos sociais e, constante e sistematicamente, avaliar e rever as suas ações, de modo a adotar, em cada época, as medidas necessárias para o atendimento das demandas, submetendo-se às avaliações internas e externas que atestam a seriedade de suas ações.

Essa sempre foi a preocupação da UPF, uma instituição tradicional que se renova e se adapta ao momento presente. Aceita o novo sem abdicar dos seus valores e princípios, revelando a sua disposição de crescer, mesmo diante das adversidades, focando na busca incessante da excelência em seus cursos.

Este novo programa de autoavaliação, a que se somam as iniciativas anteriores, propõe um sistema formativo consubstanciado em duas perspectivas macros: a primeira remonta à sua origem e realça a participação colegiada, priorizando a participação da comunidade acadêmica, dialogando com todos os interessados; a outra evidencia o alcance e a repercussão das suas ações no espaço sociocultural, passando pelos mais amplos avanços internos, tais como o apoio à formação dos docentes, a qualidade de seus cursos, a infraestrutura e as políticas de responsabilidade social e de inovação, permeando todo o processo de formação.

Desse modo, impõe-se conhecer a nossa Universidade, divulgando a todos o relatório com o diagnóstico da situação atual, bem como conscientizando e revelando em que consiste o processo autoavaliativo; depois, objetivamente, faz-se pertinente apresentar à comunidade acadêmica o que é possível alcançar com os recursos humanos e materiais disponíveis e quais são as ações que devem ser implementadas, não apenas para atender a métrica imposta pelo órgão oficial, mas, sobretudo, para posicionar a Universidade de Passo Fundo em dimensão cada vez mais altaneira.

A partir da compreensão de todos quanto ao relevante propósito deste programa de autoavaliação apresentado pela Universidade de Passo Fundo, cada um a seu tempo – alunos, funcionários, professores e gestores – deve empenhar-se na busca e na consecução de excelentes resultados em todos os seus níveis e nos respectivos eixos, sem prejuízo da noção sistêmica que consolida todo o processo.

É o momento adequado para realçar a importância do comprometimento de todos, a fim de assegurar permanentemente o alcance desses objetivos, consolidando a qualidade das nossas ações e a nossa identidade como universidade comunitária.

José Carlos Carles de Souza
Reitor

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A trajetória institucional da UPF registra, de longa data (meados da década de 1980), um esforço avaliativo contínuo, progressivo e sistemático (início da década de 1990), em constante busca de aperfeiçoamento (final da década de 1990), com o intuito de, cada vez mais, tornar-se uma instituição capaz de cumprir seu papel, no seu tempo.

No contexto local-regional contemporâneo, a tentativa de construir criticamente seu autorretrato de forma a avaliar criteriosamente a si própria, tornando transparentes suas intenções e ações, vem, mais recentemente, se concretizando pelo programa: *Autoavaliar: conhecer para qualificar*, instalado imediatamente após a regulamentação da Lei dos Sinaes, em 2005. Isso tem permitido que a instituição, engajada nesse processo, realize inúmeras pesquisas de autoavaliação, abrangendo as diversas dimensões preconizadas pela Lei dos Sinaes, envolvendo a comunidade acadêmica da UPF em seus diversos segmentos e a comunidade externa. Tais ações foram consubstanciadas em treze edições do Seminário de Avaliação Institucional, eventos que tiveram como intuito discutir avanços e fragilidades, buscando a projeção das ações institucionais cada vez mais direcionadas a uma melhor qualidade e a um maior compromisso social na educação superior.

A avaliação, tanto interna quanto externa, tem sido constante e a UPF tem oportunizado acesso às informações dela decorrentes. Nessa perspectiva, considerando o estágio de desenvolvimento da Universidade de Passo Fundo e com base em relatórios dos mais diversos setores que a compõem e na percepção de que um número considerável de protagonistas (alunos, funcionários, professores e gestores) mostra condições e desejo de alavan-

car o avanço qualitativo da instituição, a CPA propõe à comunidade acadêmica uma próxima etapa avaliativa, com um novo programa de autoavaliação institucional, o *Autoavaliação: em busca da excelência*.

Com base ainda na mencionada Lei dos Sinaes, merece destaque, do conjunto dos processos avaliativos externos, o credenciamento institucional realizado, pela primeira vez na Universidade de Passo Fundo, em 25 de agosto de 2009, pelo Inep. Tal momento foi muito importante e envolveu toda a comunidade acadêmica: o credenciamento foi uma das etapas do processo regulatório da educação superior e seu objetivo consistia na melhora da qualidade e, da orientação da expansão da oferta do ensino superior. Nesse processo, a instituição recebeu uma comissão externa do Inep/MEC para avaliar sua infraestrutura, sua organização e seu funcionamento, alcançando conceito quatro. Com o credenciamento, a UPF obteve a concessão, por até dez anos, para continuar com status de universidade, o que lhe possibilita autonomia na implantação de cursos de graduação e pós-graduação.

Divulgado no Diário Oficial da União, portaria nº 915, de 12 de julho de 2011, o resultado dessa avaliação permite a compreensão de que a UPF se encontra em condições de reafirmar-se em sua identidade como universidade, ou seja, que se mostra apta a desenvolver ações de ensino (de graduação, de pós-graduação), de extensão e de pesquisa, tudo isso em perspectiva crescente de reconhecida qualidade. Entretanto, por sua identidade comunitária, necessariamente comprometida com seu entorno, consciente de todas as implicações que tais processos agregam ao cotidiano institucional, essa conceituação a desafia a ser melhor, a perseguir o que almeja ser, face ao conjunto de expectativas futuras e necessidades sociais atuais. Destaca-se que, das dez dimensões então avaliadas, duas resultaram em conceito cinco (5), cinco em conceito quatro (4) e apenas três em conceito três (3).

A análise crítica dos pareceres da comissão de avaliação *in loco* inferidos a cada uma das dimensões permite verificar que na maioria dos indicadores a instituição apresenta um quadro muito além do que expressa o referencial mínimo de qualidade estabelecido na legislação nacional para a avaliação das instituições de ensino superior (IES).

A Universidade de Passo Fundo destaca-se com conceito máximo nas dimensões relacionadas à infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação e à comunicação com a sociedade. As dimensões que receberam conceito quatro, por sua vez, foram:

- 1) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- 2) a política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- 3) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- 4) a organização e gestão da instituição, especialmente no que concerne ao funcionamento e à representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- 5) o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, aos resultados e à eficácia da autoavaliação institucional.

As dimensões que receberam conceito três foram:

- 1) as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- 2) as políticas de atendimento aos discentes;
- 3) a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

É importante salientar que também nessas dimensões a UPF apresenta padrões de qualidade dentro dos referenciais exigidos na legislação e tem o compromisso de continuar avançando para garantir padrões de qualidade mais elevados.

O credenciamento institucional com validade máxima de dez anos significa que a instituição pode considerar que conseguiu, nas suas condições, alcançar um patamar qualitativo adequado à sua realidade, o que não significa conformismo, mas objetividade na análise. Esse mesmo conceito precisa, continuamente, qualificar-se em cada um dos conjuntos dos indicadores considerados nas diferentes dimensões, aprimorando seus projetos, metas e ações concretas nos diversos campos, buscando uma almejada congruência.

Não se pode, nesse contexto, furtar-se à indagação: se a UPF, num todo, obteve o credenciamento no patamar quatro (4), o que se espera de seus cursos, de suas ações setorializadas, de sua gestão? A resposta resultante da análise evidencia que é preciso obter/alcançar maior nível de congruência e de articulação entre todas as ações institucionais nos mais diversos setores e diferentes áreas. Nesse sentido, convém, pela natureza da exposição proposta para esse panorama institucional geral, destacar alguns pontos, os quais deverão ser objeto de maior discussão na comunidade acadêmica, em especial entre seus gestores, lideranças e responsáveis.

2 CONCEPÇÃO, OBJETIVO E PLANO DE AÇÃO

As instituições brasileiras de educação superior vêm se empenhando em desenvolver processos de avaliação relacionados com a qualidade institucional de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A necessidade desse processo é não somente uma exigência legal, mas também uma condição indispensável para a busca da qualidade institucional e para a execução da missão da instituição. Os compromissos com a sociedade, as ações de gestão acadêmica e administrativa, as atividades relacionadas com as diferentes modalidades de ensino, os programas de pesquisa e as políticas de extensão em desenvolvimento na UPF, bem como sua responsabilidade social, conduzirão, no Projeto de Desenvolvimento Institucional, o processo de avaliação descrito neste programa. Em outras palavras, a avaliação está referida ao projeto da universidade comunitária¹. Nesse sentido, a educação é concebida na UPF como um bem público, provido por uma instituição comunitária que necessita garantir competitividade e sustentabilidade financeira. Não obstante, contempla valores de cidadania, solidariedade e responsabilidade social, garantida pela sua identidade institucional e nacional.

Na UPF, a avaliação é concebida como um processo formativo (processual), sistemático de busca de subsídios para o aperfeiçoamento da qualidade institucional, no qual é nível de aceitabilidade ou de adequação de uma atividade, processo ou produto, definidos pelos setores internos e

¹ Universidade produtora e disseminadora de saber de qualidade e socialmente relevante, democrática e transparente, pública pela lógica de seu funcionamento e permanentemente aberta à realidade dinâmica da sociedade em que atua.

externos da instituição. Os resultados das avaliações constituem-se como alicerce para o processo de planejamento institucional por meio da identificação de potencialidades e de fragilidades, proporcionando a verificação da eficácia da configuração institucional, a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas institucionais e a produção de informações que contribuam para a tomada de decisões. Nesse sentido, pode ainda permitir verificar a adequação dos objetivos institucionais, a consonância entre a missão institucional, os planos de desenvolvimento da instituição e pedagógicos e as práticas cotidianas. Assim, se estabelece como mecanismo de sensoriamento que baliza o fazer da instituição e que se centra nas estruturas, nos processos, nas circunstâncias e nas consequências.

Dois pontos tornam-se fundamentais na concepção de avaliação preconizada na UPF: a *perspectiva democrática*, que precisa consubstanciar-se na forma *participativa*, envolvendo toda a comunidade acadêmica, e o *significado educativo e emancipatório*, que deve permear todo processo de autoavaliação institucional. Numa instituição comunitária em que todos os cargos passam pelo crivo político da escolha democrática dentre seus pares, a perspectiva participativa precisa impregnar-se em todo o processo avaliativo nas mais diversas instâncias, garantindo, às diferentes Unidades Acadêmicas, autonomia com responsabilidade de execução. Com base em Leite (2005, p. 109), poder-se-ia afirmar que, à semelhança de uma “democracia forte”, a universidade, ao autoavaliar-se democraticamente, estaria caracterizada “(...) pela formação de uma comunidade capaz de resolver suas questões e conflitos através de uma política de participação, de auto-crítica e autolegislação”. Desse modo, além de realizar suas ações com autonomia, estará reforçando a compreensão de que todo o processo autoavaliativo é profundamente educativo e emancipatório. Cunha (2005, p. 212) enfatiza: “Nesse contexto, a universidade não se reduz, apenas, a ser objeto

do olhar ultramuros. Ela está preparada para o diálogo, porque já vivenciou processos em que se reconhece nas múltiplas dimensões e potencialidades. Isto é, já exerceu sua autonomia com responsabilidade”.

Ao assumir essa concepção, a UPF se esforça em realizar um permanente e envolvente processo de avaliação de suas próprias condições e da finalidade de sua existência, independente das exigências do Estado. Iniciada, como já mencionado, ainda na década de 1980, a trajetória avaliativa da instituição pode direcionar-se, nos próximos anos, para a construção de uma fase mais emancipatória, procurando exercitar melhor sua autogestão em prol de sua identidade comunitária, de modo a incrementar ações em torno da realização das finalidades essenciais, conforme Dias Sobrinho (2008), que caracterizam sua missão, qual seja a “formação de cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação”, por meio da produção e difusão de conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida (UPF/PDI, 2012-2016, p. 10).

Para que isso se efetive, busca-se, na avaliação institucional, a oportunidade de pôr em xeque o conjunto de práticas e fazeres da academia, buscando construir sentidos e significados, para compreender o processo educativo como processo que proporciona aprender a aprender, capacitando os sujeitos para buscar conhecimento de modo autônomo e compreendendo o processo educativo como um fenômeno complexo de construção de conhecimento e de formação de pessoas comprometidas com o desenvolvimento da sociedade, com a responsabilidade social, com o desenvolvimento de tecnologias e inovação, o que se traduz na contribuição para o desenvolvimento da nação brasileira.

Tendo em vista a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a não duplicação de meios, as principais dimensões sobre as quais incidirá

a avaliação são missão/PDI, ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, pós-graduação, gestão e avaliação institucional. Não é suficiente, entretanto, avaliar o ambiente interno apenas em seu recorte momentâneo. A avaliação precisa caracterizar-se como um processo de pesquisa institucional perene, contínuo, sistemático, crítico e reflexivo o suficiente para tornar-se impulsionador de transformações consequentes. É necessário que se tenha uma visão clara do ambiente externo (econômico, cultural, histórico, geográfico, sociológico) com o qual a UPF interage. Assim, um eixo transversal será também considerado no seu processo de avaliação: as relações universidade-sociedade, especialmente no sentido de enfatizar a atuação e o papel comunitário da universidade e a avaliação que a comunidade pode fazer do desempenho da instituição.

Portanto, a avaliação da UPF deve contribuir para a identificação de excelências e insuficiências e possibilitar a definição de metas e de políticas, tendo como estratégia fundamental a produção de conhecimento institucional, por meio da auto e da heteroavaliação (SANTOS, 2005). O compromisso essencial de uma universidade é difundir, aprofundar e produzir conhecimentos e cultura, indispensáveis na formação de profissionais e de cidadãos. Para garantir a eficácia desses compromissos, a UPF deve conhecer-se e, portanto, deve rever e avaliar, contínua e sistematicamente, os meios que utiliza para tal, ou seja, deve manter-se atenta à qualidade de suas funções de ensino, pesquisa, extensão, gestão e interação com a comunidade.

Formar profissionais e cidadãos qualificados, com responsabilidade social e com valores democráticos, implica admitir o compromisso científico e social da UPF como universidade comunitária, o que justifica a necessidade de a instituição dispor de um corpo docente e técnico-administrativo qualificado e de infraestrutura adequada. Essas são exigências mínimas para o atendimento do compromisso científico e social, em acordo com sua missão. A busca de estímulos específicos para a qualificação de seus docentes,

de seu corpo técnico-administrativo-gerencial responsáveis pela geração de propostas de estruturação pedagógica, bem como a disponibilidade de uma infraestrutura adequada, que atenda a padrões de excelência, devem constituir meta permanente da instituição.

Além disso, o cotidiano das universidades que buscam a melhoria da qualidade da educação superior, a expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social tende a se tornar cada vez mais complexo tanto no plano acadêmico quanto no administrativo. Essa complexidade crescente impõe a necessidade de acompanhamento e avaliação permanentes do Plano de Desenvolvimento Institucional e do planejamento estratégico, visando à atualização desses documentos sempre que novas demandas exigirem modificações/atualizações.

A transparência das atividades desenvolvidas numa universidade comunitária como a UPF mostra a diversidade dessas atividades e aponta aspectos a serem revistos. Dessa forma, o processo de avaliação da UPF se define pelos seguintes princípios norteadores:

- constitui-se num processo global, permanente e sistemático;
- reveste-se de critérios avaliativos com ampla legitimidade técnica;
- assegura o debate e a divulgação dos resultados a toda comunidade acadêmica em todas as suas diferentes etapas, fases e procedimentos.

Nesse contexto, o objetivo geral deste programa é avaliar a educação superior oferecida na UPF com vistas à busca da qualidade institucional e de efetividade acadêmica e social. Para contemplar isso, o plano de ação proposto para a implementação dos processos de avaliação, na perspectiva das diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior²

² A lei do SINAES prevê as seguintes dimensões que devem ser avaliadas nos processos de autoavaliação das IES: 1 - Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; 2 - As políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os estímulos para a produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere em sua contribuição à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio am-

(SINAES, 2004), define-se pelo desenvolvimento de atividades/etapas coordenadas. O ponto fundamental dessa coordenação é possibilitar um ritmo específico de avaliação para cada um dos eixos que compõem as dimensões avaliadas. Seu plano de ação da avaliação ocorre em três momentos, a saber:

- Sensibilização – busca o envolvimento da comunidade acadêmica com relação ao desenvolvimento do programa de avaliação, bem como para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Os sujeitos envolvidos são: membros da CPA, Reitor e Vice-Reitores, membros do Conselho Universitário, diretores de unidade e campi, coordenadores de curso, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa.
- Desenvolvimento – contempla as diretrizes previstas no Sinaes, que são estruturadas por três componentes principais, quais sejam a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Para contemplar o primeiro desses componentes, serão elaborados instrumentos de coleta de dados próprios. Após, serão elaborados relatórios relativos às diferentes dimensões que compõem tanto o processo de avaliação da UPF quanto dos demais componentes descritos na lei (BRASIL, 2004).
- Consolidação – possibilita, por meio da autoconsciência valorativa, a elaboração de propostas de políticas institucionais de gestão acadêmica e administrativa.

biente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; 4 - A comunicação com a sociedade; 5 - As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; 6 - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; 7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; 8 - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; 9 - Políticas de atendimento ao estudante; 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3 METODOLOGIA

Para que a autoavaliação na UPF ocorra e possa contribuir no alcance da excelência acadêmica, se faz necessária a efetivação de diversos passos que constituem o processo de autoavaliação, quais sejam:

Planejamento da avaliação

O planejamento geral da autoavaliação na instituição ocorre, principalmente por ocasião da construção do programa de autoavaliação a partir do contexto interno da universidade, da sua interação com a comunidade externa e com base nas diretrizes do Sinaes. Porém, cada vez mais os processos avaliativos requerem conhecimento fundamentado, sugerindo a implementação de estudos específicos conforme prioridades institucionais, realizados pela CPA, junto à Divisão de Avaliação Institucional, com função investigativa própria, valendo-se de metodologia multidimensional e interdisciplinar capaz de estimular a efetivação de pesquisas nas diversas instâncias institucionais.

Sensibilização, motivação e organização

Para que todos sejam sujeitos da autoavaliação, faz-se necessário um processo de sensibilização, motivação e organização das atividades de modo que todas as dimensões previstas na legislação sejam contempladas. A sensibilização e a motivação constituem esforços permanentes no processo e serão concretizadas por meio de seminários de autoavaliação e de debates e fóruns de discussões, a serem realizados nas unidades acadêmicas e nos campi, envolvendo professores e alunos. Essa etapa é muito importan-

te para que, gradativamente, possamos ter uma maior cultura de avaliação na instituição e fazer com que os processos avaliativos sejam assumidos como responsabilidade de todos os atores da comunidade acadêmica.

Coleta de dados e pesquisa documental

A pesquisa de autoavaliação deve ser realizada permanentemente por meio de coleta de dados com instrumentos diversificados e apropriados, atividades (reuniões, seminários), pesquisa documental, entre outros. A coleta ocorrerá conforme cronograma concernente à aplicação dos instrumentos ou realização de outras atividades, previstas em cada um dos eixos que contemplam as dimensões dos Sinaes.

Sistematização e interpretação dos dados

Os dados, coletados por meio de questionários aplicados via sistema informatizado, constituem uma base de dados sistematizada que facilita sua interpretação. Outros dados coletados por meio de pesquisa documental e atividades de avaliação (seminários, reuniões etc.) também constituem material a ser sistematizado e interpretado em cada uma das instâncias da instituição. Da mesma forma, os resultados de pesquisas institucionais e relatórios dos setores constituem-se em referencial para o diagnóstico da realidade institucional.

Divulgação dos resultados

A socialização dos resultados ocorrerá, inicialmente, por meio de relatórios parciais elaborados pela CPA, disponibilizados à Reitoria, às unidades acadêmicas, aos campi, às divisões administrativas e à comunidade exter-

na e de um relatório final, resultante da análise crítica desses resultados parciais. Na sequência, é elaborada, a partir da referida análise, a síntese dos processos de autoavaliação, evidenciando a interação entre os resultados das avaliações internas e externas e apontando informações que contribuam com o planejamento institucional. O segundo momento consiste na publicação desses relatórios para o público interno e externo e para o MEC/INEP, com o envio dos relatórios anuais da instituição. A terceira parte é baseada na reflexão acadêmica, visando, à publicação de artigos e livros a partir dos processos realizados e dos resultados obtidos.

Meta-avaliação

A avaliação da avaliação constitui-se em uma importante ferramenta para aperfeiçoar os processos realizados. Deve ocorrer permanentemente no desenvolvimento do programa, eis que se constitui elemento indispensável na elaboração dos relatórios de autoavaliação e no replanejamento desta.

Planejamento de ações

Os resultados do processo de autoavaliação devem constituir informações para o planejamento e gestão da instituição, para isso, precisam fornecer dados objetivos. Cabe às instâncias colegiadas dos cursos, das unidades (Conselho de Unidade), dos campi, da Reitoria e do Conselho Universitário definir e realizar ações ou encaminhá-las para que, nas instâncias competentes, as potencialidades institucionais sejam consolidadas e as fragilidades apontadas sejam corrigidas.

4 DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO

A missão e o PDI são o núcleo central em torno do qual todas as demais “linhas” devem ser articuladas. A missão está explicitada no PDI e é o elemento orientador das ações para o julgamento das informações coletadas nos processos de autoavaliação. O PDI deve coincidir com a visão que os atores possuem da sua instituição, o que nem sempre ocorre. É muito importante que professores, funcionários e alunos conheçam esse documento institucional. A autoavaliação tem a missão de levar em conta esses dois indicativos, ou seja, de estabelecer um comparativo entre o que é proposto no PDI e aquilo que está sendo construído na vivência da comunidade universitária. Uma autoavaliação conduzida nesse processo deverá possibilitar “tanto compreender a universidade vivenciada, e que de fato orienta as ações da instituição, quanto analisar os dados, em razão da instituição ideal proposta, indicando a distância entre as ações cotidianas e o modelo idealizado” (SOUSA, 2012).

A missão da UPF, conforme explicitado no PDI, é “Produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuar como agentes de transformação” (UPF, 2012). Nesse sentido, compreende-se que a formação dos cidadãos é condição para a qualificada produção e difusão do conhecimento.

Considerando a importância dos relatórios de autoavaliação para o desenvolvimento e a qualificação das ações acadêmicas, uma vez que estes subsidiam os processos de avaliação da instituição e a necessidade de adequação às exigências da legislação nacional, o programa de autoavaliação apresenta as dimensões propostas pelo Sinaes agrupadas em cinco eixos:

i) *Planejamento e avaliação institucional*; ii) *Desenvolvimento institucional*; iii) *Políticas acadêmicas*; iv) *Políticas e gestão* e v) *Infraestrutura*. O eixo *Planejamento e avaliação institucional* considera a dimensão oito do Sinaes e contempla o relato institucional com descrição e evidências dos principais elementos do seu processo avaliativo em relação ao PDI, incluindo os relatórios da CPA. O eixo *Desenvolvimento institucional* contempla a dimensão um (missão e PDI) e dimensão três do Sinaes (responsabilidade social da instituição). O eixo *Políticas acadêmicas* abrange as dimensões dois (políticas para o ensino, pesquisa e extensão), quatro (Comunicação com a sociedade) e nove do Sinaes (Políticas de atendimento ao discente). O eixo *Políticas de gestão* compreende as dimensões cinco (políticas de pessoal), seis (organização e gestão institucional) e dez (sustentabilidade financeira). Já o eixo *Infraestrutura* corresponde à dimensão sete (infraestrutura física). Os eixos encontram-se assim distribuídos:

Eixo 1 – Planejamento e avaliação institucional

- relato institucional;
- avaliação e acompanhamento do PDI;
- planejamento e avaliação;
- avaliação e acompanhamento dos PPI/PPC.

Eixo 2 – Desenvolvimento institucional

- missão e PDI;
- responsabilidade social.

Eixo 3 – Políticas acadêmicas

- políticas para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- comunicação com a sociedade;
- políticas de atendimento ao estudante.

Eixo 4 – Políticas e gestão

- política de pessoal (docentes e técnico-administrativo);
- organização e gestão institucional;
- sustentabilidade financeira.

Eixo 5 – Infraestrutura

- Infraestrutura física

A implementação deste programa de autoavaliação pressupõe a elaboração de planos de ação elaborados a partir das especificidades de cada eixo, de cada dimensão e de cada instância em que o processo está sendo implementado. Os planos de ação deverão explicitar as dimensões avaliadas, a metodologia empregada, a competência pelo desenvolvimento, a periodicidade e o tipo de relatório que deverá ser gerado em cada uma das ações. Os indicadores de qualidade serão definidos posteriormente, dependendo dos objetos de estudo, do contexto da investigação na pesquisa institucional e da metodologia definida para a investigação. Além disso, cada plano de ação deverá gerar relatórios parciais que serão encaminhados, no final de cada ano, à CPA, para a elaboração e envio ao MEC/INEP do relatório anual de autoavaliação da instituição, o que se dá até a data de 30 de março de cada ano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES*. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 1º out. 2012.

CUNHA, Maria Isabel da. O sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes): a auto-avaliação como condição emancipatória. In: ____ (Org.) *Formatos avaliativos e concepção de docência*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 201-214.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

LEITE, Denise. *Reformas universitárias: avaliação institucional participativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PASQUALOTTI, A. et al. *Auto-avaliar: conhecer para qualificar!*. Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SINAES – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 2 ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOUSA, C. P. *Avaliações de instituições de ensino superior: discutindo a necessidade de diretrizes metodológicas e estratégias de implantação*. Disponível em: <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1341/1341.pdf>. Acesso em: 17 set. 2012.

UPF. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Plano quinquenal para o desenvolvimento institucional da UPF 2012–2016*. Passo Fundo: UPF, 2012.